

Plano de Actividades para 2009

I INTRODUÇÃO

1. Contexto institucional e ambiental

1.1. Identidade e missão.

Os Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (SSPSP) são uma instituição de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, dependente directamente do Director Nacional da PSP que, por inerência de funções, assume o cargo de Director dos SSPSP, sendo geridos por um Secretário-Geral com o posto de superintendente¹.

Os SSPSP têm por missão promover actividades de apoio social complementar, contribuindo para a elevação do bem-estar e do moral dos beneficiários que, por força da sua condição policial, estão ou estiveram sujeitos a especiais exigências em termos de *risco*, *disponibilidade* e de *mobilidade*, bem como a índices excepcionais de *desgaste físico* e *psicológico*. Trata-se por isso de uma classe de profissionais que carece de um apoio social com diversas especificidades que lhe assegure igualmente o exercício *digno*, *independente* e *solidário* das funções de autoridade pública, contribuindo ao mesmo tempo para a coesão intergeracional e para a auto-estima e identidade institucionais.

No quadro da sua nobre missão, estes Serviços promovem um leque alargado de actividades que visam satisfazer as necessidades do pessoal no activo ou aposentado da PSP, que sumariamente poderão ser agrupadas em cinco grandes áreas: 1) na concessão de apoios pecuniários diversos, nomeadamente de assistência à formação e à doença; 2) na prestação de serviços no âmbito da ocupação dos tempos livres, nomeadamente através das suas estâncias próprias de férias, 3) na disponibilização de habitação social e de alojamento temporário, 4) na concessão de empréstimos para suprimento de dificuldades de tesouraria imprevistas e 5) na diagnose e acompanhamento técnico especializado de situações socialmente gravosas e urgentes que afectem os beneficiários.

¹ Actualmente o SG/SSPSP tem o posto de Intendente

1.2. Ambiente Interno

Os Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública vêm desenvolvendo a sua actividade de acordo com um enquadramento legal – o Decreto Lei n.º 42 794 de 31 de Dezembro de 1959, alterado pelos Decretos-Lei n.º 43 421, de 22 de Dezembro de 1960 e n.º 44 564 de 11 de Setembro de 1962 – notoriamente desactualizado face à hodierna realidade social, económica e política.

Na verdade, embora a realidade organizativa dos SSPSP siga, em termos formais, o enquadramento legal atrás referido, continua a verificar-se e até a acentuar-se um efectivo desajustamento entre as actividades e apoios prestados nos nossos dias e aqueles que determinaram, na década de 60 do século passado, a criação dos Serviços. Por sua vez, pela evolução natural das coisas, acaba por existir igualmente um desajustamento face à lei de enquadramento da acção social complementar no nosso país, que deverá servir de orientação à actividade e funcionamento orgânico dos SSPSP, sem prejuízo das suas especificidades.

Tendo em conta este desajustamento, foi no final do ano de 2006 proposto ao Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, transitoriamente até que entre em vigor legislação actualizada, uma organização *ad hoc* dos Serviços que melhor pudesse dar resposta às alterações legislativas que o PRACE prevê para os SSPSP, nomeadamente a extinção do Cofre de Previdência (CPPSP) e a sua plena e efectiva integração naquele organismo, introduzindo igualmente uma maior flexibilidade gestonária. Deste modo, num quadro de simplicidade e clareza orgânica, foi proposto a existência de duas áreas na dependência do Secretário-geral: uma Área de Acção Social e uma Área de Gestão Financeira e Patrimonial, que, no essencial, assume a clássica divisão entre serviços de *front-office* e de *back-office*, apoiados por órgãos de *staff* na área técnica, inspectiva (qualidade) e de planeamento / controlo.

Neste momento os Serviços desenvolvem a sua actividade, que se dirige a um universo de cerca de 70.000 beneficiários, com recurso a um total de 37 elementos com funções policiais – 4 oficiais, 5 chefes e 24 agentes principais² –, bem como pessoal com funções não policiais, que compreende no total 8 elementos – 2 técnicos superiores, 3 assistentes administrativas e 2 serventes de limpeza –, que à excepção destes dois últimos, se encontram em regime de requisição do quadro de pessoal da Polícia de Segurança Pública (5) e de organismos externos da Administração Pública (1).

² Inclui os encarregados das cinco estâncias de férias espalhadas pelo país.

Este efectivo de 41 elementos tem-se revelado notoriamente insuficiente, até porque os mesmos desempenham tarefas e actividades adstritas ao Cofre de Previdência – um organismo que detém igualmente um vasto património e um elevado número de subscritores (cerca de 34.600) –, numa lógica de serviços partilhados. Assim, as principais actividades com défice de pessoal são a de *assistência social de proximidade*, que providencia um serviço personalizado de análise e acompanhamento de situações socialmente gravosas, que conta com apenas uma técnica especializada, a de aprovisionamento e a de contabilidade. É neste cenário que os SSPSP pretendem lançar um concurso, obviamente dentro dos quesitos legalmente definidos, tendente à contratação de mais uma técnica especializada na área do serviço social, que, no fundo, acaba por ser o *core business* dos Serviços.

Os Serviços contam mensalmente com uma importante receita proveniente de um desconto obrigatório de 0,5% dos vencimentos de todo o pessoal pertencente à PSP, representando cerca de 55% das receitas totais. Financeiramente, os Serviços dependem ainda de receitas de natureza mercantil e de receitas provenientes de outras origens, previstas estatutariamente, sendo que estas últimas assumem uma expressão mínima.

Resta dizer neste primeiro capítulo introdutório que, em termos de valores partilhados, os Serviços Sociais da PSP, pela sua própria natureza jurídica e social, relevam essencialmente a dignidade do funcionário da PSP e respectivos familiares, que se apresentam como a verdadeira razão de ser da sua existência, cultivando princípios de sã convivência, de igualdade estatutária independentemente do cargo ou função e de corporativismo construtivo, visando, em última instância, promover a união e a consolidação dos laços fraternos entre todos os membros da grande família que é a Polícia de Segurança Pública.

1.2. Ambiente Externo

Os SSPSP estão plenamente inseridos na Polícia de Segurança Pública, dela sendo parte integrante, nos termos do seu regulamento. Do ponto de vista jurídico, o seu pessoal sujeita-se ao estatuto do pessoal e demais legislação aplicável à PSP, sendo que, na sua actuação corrente, os Serviços observam também as normas da Contabilidade Pública e os princípios vertidos na já referida lei de enquadramento da acção social complementar. Efectivamente, os SSPSP absorvem, como qualquer outro organismo da PSP – salvaguardadas as suas especificidades enquanto serviço autónomo – o impacto directo das medidas legislativas e políticas aplicáveis à PSP como um todo, por emanação do poder legislativo e executivo.

1.3. Análise SWOT

Para densificar o que foi dito atrás quanto às contingências ambientais com que os SSPSP se deparam, é possível estabelecer uma análise matricial do tipo SWOT:

<p>OPORTUNIDADES (<i>Opportunities</i>)</p> <ul style="list-style-type: none">● Aumento da esperança de vida das pessoas● Tendência ligeira para um aumento líquido do efectivo policial● Aumento da idade para reforma na PSP● Aligeiramento do sistema público de apoio social complementar● Elevado preço da globalidade dos produtos destinados à 3ª idade e à primeira infância disponíveis no mercado● Tendência para uma descaracterização da globalidade dos restantes organismos congéneres na Administração Pública● Conjuntura favorável ao aumento de rendas sociais● Crescimento das despesas com turismo em Portugal	<p>AMEAÇAS (<i>Threats</i>)</p> <ul style="list-style-type: none">● Ciclo económico em fase recessiva (dificuldade de aumento das receitas)● Desígnio nacional de forte contenção orçamental● Tendência para a cessação das transferências do OE aos organismos de Apoio Social Complementar, mesmo que indirectas
<p>PONTOS FORTES (<i>Strengths</i>)</p> <ul style="list-style-type: none">● Volume de receitas estável e relativamente previsível● Equilíbrio financeiro potencial● Elevado património● Custos com pessoal relativamente baixos● Equipa directiva dinâmica e pessoal motivado	<p>PONTOS FRACOS (<i>Weaknesses</i>)</p> <ul style="list-style-type: none">● Relativamente fraca imagem junto dos clientes actuais● Produtos algo desajustados face à realidade socio-económicas● Baixíssima penetração no segmento dos aposentados● Cultura organizacional pouco sensível às questões da 3ª idade● Deficiente formação do pessoal na área do apoio social em geral● Elevados custos de manutenção das infra-estruturas● Fraca base tecnológica de apoio à decisão e à burótica● Deficiente conhecimento do perfil, grau de satisfação e expectativas dos clientes actuais e potenciais.

Em termos gerais, ressalta claramente que, não obstante a existência de um vasto número de debilidades a vários níveis, os SSPSP deparam-se com um leque assinalável de oportunidades que os poderá catapultar para um outro nível de desempenho e de reconhecimento junto do seu público-alvo, ao mesmo tempo que poderá actuar de forma directa junto dos factores que estão na base desses pontos fracos internos, gerando-se um ciclo virtuoso no futuro.

2. Clientes

Os SSPSP orientam a sua actividade para todos os seus beneficiários titulares e familiares, compreendendo-se neste universo todo o pessoal em serviço activo na PSP e o pessoal

aposentado que voluntariamente o deseje. Os beneficiários actuais e potenciais encontram-se maioritariamente concentrados nas capitais de distrito, com maior incidência nas cidades de Lisboa e Porto.

Verifica-se que, não obstante o pessoal da PSP beneficiar dos serviços e actividades desenvolvidas pelos Serviços, com uma extensão quase universal, existe uma dificuldade crónica de percepção por parte dos clientes do portfólio e das potencialidades dos serviços prestados pelos SSPSP. Trata-se eventualmente de uma dificuldade de comunicação que urge colmatar e que poderá ser atenuada no futuro com a implementação de medidas que melhorem a situação, o que está em estudo, sendo que as implicações orçamentais serão reduzidas.

Pode dizer-se, *grosso modo*, que os clientes externos dos serviços têm uma imagem algo depreciada e enviesada dos Serviços, sobretudo por desconhecimento do caminho hodiernamente seguido e da visão que se tem para os mesmos, bem como, há que reconhecer, por alguma falta de proactividade interna, em termos de desenvolvimento de serviços amplamente reclamados e desejados pelos clientes e da sua adequada divulgação.

Por sua vez, os clientes internos dos Serviços integram um grupo homogéneo e motivado de pessoas nos quais é necessário investir em termos de formação, sobretudo no âmbito de relacionamento humano, como forma de atenuar uma vertente demasiadamente formal da instituição, que permanece como herança de uma prática decana algo hermética e centrada sobre si mesma. A atenuação da rigidez do relacionamento interpessoal dessas pessoas poderá ser uma forma de melhorar o ambiente de trabalho e potenciar a sua capacidade laboral, aumentando o índice de produtividade geral e a imagem junto dos clientes externos.

3. Serviços fornecidos e outros a fornecer

Tradicionalmente, os SSPSP tinham vindo a desenvolver, praticamente desde a sua criação até há bem pouco tempo, três vertentes consideradas estruturais no que diz respeito à sua actividade operacional: 1) a promoção de férias a preços reduzidos nas estâncias de férias construídas de raiz, 2) a habitação social e 3) a concessão de subsídios pecuniários, nomeadamente de natureza escolar, que atingia um universo muito significativo dos seus clientes externos. Esta última vertente é agora posta em causa sobretudo pelo enorme esforço financeiro representado e pelo baixo valor percebido pelos utentes face aos mesmos, já que isoladamente é pouco para cada um mas globalmente tem um peso incomportável no actual orçamento.

Actualmente, como foi dito atrás, para além das tradicionais áreas da habitação e alojamento temporário e do turismo social, os SSPSP pretendem cada vez mais assumir-se como um organismo de índole eminentemente assistencialista, pelo que os serviços de natureza mais universalista – prestados de igual forma a todos os beneficiários, independentemente da sua situação socioeconómica – como as casas de passantes, o turismo social, os lares de estudantes, os protocolos comerciais, entre outros –, terão uma função crescentemente instrumental, provendo o necessário músculo financeiro para garantir a sustentabilidade dos inevitáveis custos financeiros associados a serviços de cariz assistencialista, que apenas geram benefícios sociais directos, como os fundos de assistência, o serviços social de proximidade, os centros integrados de acção social (CIAS), etc.

Na área da habitação social, não deixa de ser relevante o facto de os SSPSP terem a seu cargo a gestão de 607 fogos de habitação em todo o território nacional, incluindo nas Regiões Autónomas, já com um grau de antiguidade assinalável (cerca de 28 anos, em média). Deste *portfólio* imobiliário, uma fatia de cerca de um terço situa-se na região de Lisboa, local habitualmente de destino de grande parte dos efectivos recém-formados nos estabelecimentos de ensino da PSP.

Durante o ano de 2008 os SSPSP, tal como o CPPSP, procederam a um amplo e complexo processo de actualização das rendas sociais dos seus imóveis arrendados a beneficiários – o que, na generalidade dos casos, não acontecia há mais de vinte anos –, prevendo-se que tal encaixe financeiro possa assegurar-lhe o necessário músculo financeiro de forma a iniciar, já durante o ano de 2009, como é sua expectativa, um programa plurianual de conservação e manutenção das partes comuns e fachadas dos prédios. Efectivamente, tendo presente o seu estado geral em termos de vetustez, este programa de reabilitação imobiliário torna-se absolutamente inadiável face às sucessivas inspecções técnicas que inequivocamente apontam para a existência de riscos graves para pessoas e bens caso essas intervenções profundas não sejam realizadas, o que poderá trazer consequências indesejáveis para ambas as partes.

Refira-se que esse processo de actualização extraordinária das rendas, para além da obtenção de receitas adicionais que tornasse a actividade auto-sustentável e não altamente deficitária, como o era até há pouco tempo, encerrou ainda outros dois objectivos: por um lado, sanar as situações alegadamente de uso abusivo ou inadequado dos imóveis, que vinham provocando forte descontentamento no seio dos restantes beneficiários e, pelo outro, jogando com o conceito de utilidade do bem em causa, visava ainda incentivar a desocupação voluntária de determinados imóveis de uso dispensável por parte dos respectivos inquilinos, os quais apenas mantinham os contratos de arrendamento para garantir as suas esporádicas visitas aos grandes

centros urbanos, em especial a Lisboa, necessidade essa que é perfeitamente suprida com as *casa de passantes*³. Foi desta maneira que se libertaram quase duas dezenas de casas que irão ser reocupadas por outros beneficiários mais carenciados ou albergar as futuras *casas de coabitação social*.

É óbvio que este processo encerra também uma obrigação não obnubilável por parte dos SSPSP de enveredar por uma política mais activa e sustentada de intervenção nos seus edifícios habitacionais, tendo presente que a medida tomada no sentido do aumento das rendas sociais despertou naturalmente um forte descontentamento no seio dos inquilinos, até porque decorreu em tempos de especiais dificuldades para a população portuguesa em geral.

Cabe aqui dizer que, não obstante a política de contenção, na medida do possível, das despesas correntes orçamentadas para 2009 face ao ano em curso, mesmo contando com os custos adicionais provenientes da exploração do CIAS de Lisboa, do aumento do preço dos recursos energéticos e de outras matérias-primas importantes e da aplicação da nova política de orientação remuneratória advogada pelo governo português, que iremos operacionalizar em toda a sua linha e extensão, a grande aposta para 2009 é precisamente nas despesas virtuosas de investimento na conservação e recuperação de edifícios, onde basicamente os Serviços pretendem aplicar o montante adicional de receita que se espera cobrar proveniente da actualização extraordinária das rendas de habitação social, que deverá ascender a cerca de 370.000 euros (mais 73% na respectiva rubrica do que em 2007).

O certo é que o esforço dos SSPSP na área da habitação social continua perfeitamente actual, até porque existem cada vez mais fenómenos de desestruturação familiar (e.g. divórcios e separações) que provocam forte descapitalização junto dos beneficiários, pelo que seguramente é de manter, embora obedecendo a outra filosofia. Na verdade, há que reorientar cada vez mais esse esforço para a satisfação das necessidades dos beneficiários que iniciam a sua carreira policial e que normalmente são integrados nos grandes Comandos, onde existem dificuldades de acesso a habitações a preços controlados, o que passa pelo reforço da natureza temporária do sector da habitação social. Assim, é intenção dos SSPSP, em conjugação com o CPPSP; enveredar por um conceito de *casas de coabitação social*, destinados prioritariamente a recém-formados na Escola Prática de Polícia, que, mais adiante, será pormenorizadamente escalpelizado.

³ As *Casas de Passantes*, cuja terminologia radica numa tradição existente nos SSPSP – “*Lar de Passantes*” –, embora com outras finalidades, é um conceito recém introduzido pelos SSPSP que consiste basicamente numa residência totalmente equipada e mobilada, pronta para receber visitantes para permanências precárias, não superiores a 30 dias, podendo inclusivamente apoiar a passagem de elementos em missão de serviço policial.

Ainda neste âmbito, os Serviços têm como objectivo criar uma unidade residencial na zona de Lisboa e, num horizonte temporal mais longínquo, na zona do Porto, exclusivamente orientadas para o alojamento dos jovens polícias. O conceito subjacente ao projecto em questão está também mais à frente explicado com pormenor.

Por outro lado é agora importante continuar a enveredar pelo reforço dos serviços correntes de elevado valor percebido, nomeadamente com o alargamento da rede de lares de estudantes a outras cidades, bem como a continuação do programa de instalação de *casas de passantes* nas principais zonas do país, em ambos os casos com aproveitamento dos imóveis habitacionais dos Serviços em estado de desocupação relativamente longo.

Os SSPSP possuem cinco estâncias de férias de média / grande dimensão, quatro no território continental e uma em Porto Santo, infra-estruturas importantes no que toca ao fornecimento de serviços turísticos de baixo preço e que contribuem simultaneamente para o reforço de laços de afinidade entre os beneficiários e do sentimento de pertença e auto-estima institucionais. Embora num horizonte temporal próximo não se preveja a construção ou sequer o alargamento de instalações deste tipo, mantém-se a aposta na vertente da promoção de férias a preços simbólicos, respeitando tendencialmente o princípio do *utilizador-pagador*. Por outro lado, estão a ser desencadeados os necessários esforços no sentido da celebração de protocolos e parcerias externas para aumentar o universo potencial de utentes das estâncias, de forma a obter a sua rentabilização durante a época baixa, onde, na sua maioria, costumam deter taxas de ocupação quase nulas.

Outra área que os Serviços vêm apostando nos últimos anos tem a ver com a celebração de protocolos com organizações, empresas e instituições com um elevado interesse percebido pelos beneficiários. Na verdade, face à suspensão de tradicionais subsídios de carácter universalista ligados à educação dos beneficiários, em nome de princípios de equilíbrio orçamental e de não cumulação de prestações sociais, os SSPSP, mercê do seu alto poder negocial decorrente do elevado número de beneficiários e da sua capacidade de comunicação interna, apostam cada vez mais na obtenção de descontos comerciais em produtos de uso corrente para os seus beneficiários. Esta situação serve em pleno às três partes: a estes últimos, por que obtêm uma melhoria do seu nível de vida ao verem as suas despesas correntes reduzidas; aos SSPSP, porque normalmente têm compensações financeiras ou em espécie pelo seu esforço de divulgação dos protocolos, sob a forma de comissões sobre as vendas; e às entidades fornecedoras, que conseguem chegar de forma mais fácil e barata a potenciais clientes e assim aumentar o seu volume de vendas.

A criação do Centro Integrado de Acção Social (CIAS) em Lisboa e a exportação futura do modelo ao Porto, tal como, de forma sucessiva, às outras capitais de distrito, com os necessários ajustamentos em termos de valências e dimensões, afigura-se como um projecto de elevada utilidade que deverá ser assumido como prioritário, colmatando uma lacuna no que diz respeito à integração horizontal e vertical (intergeracional) dos beneficiários, sedimentando laços de pertença e de identificação com a instituição policial.

II Objectivos e Estratégia

1. Objectivos para 2008⁴

Dentro do quadro contingencial até agora explanado os Serviços propõem-se prosseguir em 2009 os seguintes objectivos, que, na sua globalidade, contribuirão para o esforço nacional de contenção orçamental:

- a. Melhorar em 2% o rácio despesas / receitas operacionais, reforçando assim exigências de eficácia e eficiência dos recursos;
- b. Aumentar o volume de receitas gerais em 3% (em termos nominais), criando poder financeiro para sustentar projectos futuros;
- c. Aumentar em 1% o número líquido de beneficiários já aposentados, penetrando paulatinamente neste segmento ainda pouco explorado pelos SSPSP;
- d. Aumentar em 6% o nível de ocupação (diárias) das estâncias de férias na época baixa, com vista à rentabilização das instalações;
- e. Aumentar em 3% o nível de satisfação dos utentes dos serviços prestados pelos SSPSP nas suas estâncias de férias, tendo em conta o facto de representar um dos principais factores de qualidade em termos de abrangência e de ser objectiva e rigorosamente mensurável pelos Serviços;
- f. Iniciar a exploração do Centro Integrado de Acção Social (CIAS) dos Olivais, que se assume como um serviço prioritário em termos de prossecução de outros objectivos colaterais de teor emocional e afectivo, de grande importância para os Serviços.

2. Estratégia a prosseguir

Para a prossecução dos objectivos atrás referidos, tendo presente as contingências de ordem ambiental e interna reflectidas na análise SWOT, a estratégia a adoptar para o próximo ano assentará em cinco pilares essenciais:

⁴ Sem prejuízo dos objectivos que vierem a ser definidos no quadro da futura carta de missão para 2009, da autoria da tutela.

- a. Fidelização dos actuais beneficiários na situação de aposentação e criação de expectativas nos potenciais beneficiários deste segmento, nomeadamente através de uma maior e melhor comunicação e na consagração de novos serviços específicos;
- b. Deszazonalização das estâncias de férias através da criação de incentivos aos beneficiários para o seu usufruto fora da época estival e criação de protocolos e parcerias com outras entidades credíveis para a utilização das mesmas em condições controladas;
- c. Aproximação de alguns serviços de base universalista, como as estâncias de férias, a uma lógica de utilizador-pagador, imputando-lhes tendencialmente uma grande parte dos *absorbing costs* (excepto amortizações), de forma a reforçar a capacidade financeira dos Serviços para acorrer a necessidade assistencialistas;
- d. Reforço de algumas medidas rápidas e de fraco impacto orçamental mas com ampla repercussão na comunidade policial (os chamados *quick wins*), como as *casas de passantes*, as *casas de coabitação social* e o serviço personalizado de *assistência social de proximidade*;
- e. Reestruturação dos processos e actividades de *back-office* dos SSPSP, aumentando a base tecnológica – essencialmente através da introdução da 1ª fase do SIIGAS⁵ – e o volume de formação dos funcionários, de forma a minimizar os níveis de burocracia, a replicação de procedimentos e o desperdício de recursos.

3. Principais actividades projectadas:

a. Lançamento do procedimento concursal relativo ao projecto de arquitectura da Unidade Residencial da Paiã.

Os SSPSP detêm terrenos na “Quinta da Paiã”⁶, parcialmente edificáveis, nos quais pretendem construir de raiz infra-estruturas de habitação temporária e diversos serviços de apoio para os seus funcionários mais carenciados ou conjunturalmente disso necessitados, recuperando um processo de diálogo nesse sentido encetado há alguns anos com a Câmara Municipal de Odivelas. Aponta-se para que essa unidade residencial consiga acolher beneficiários e eventualmente as suas famílias em regime de *curta-duração* (até 30 dias), *média-duração* (até um ano) e *longa-duração* (superior a um ano, mas com tecto temporal), bem como providenciar-

⁵ Sistema Integrado de Informação de Acção Social, que visa agregar toda a informação de front-office dos SSPSP com toda a informação de back-office, nomeadamente a de cariz contabilístico e financeiro.

⁶ Nomeadamente uma parcela descrita na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob o n.º 25934 a fls. 69 do L. B-73, inscrito na mesma Conservatória sob o n.º 28907 a fls. 89 do L.º G-38, com o n.º 15-artº 55- Sec NNI, Matriz Cadastral de Odivelas, de onde são destacados 45.520,55 m².

lhes diversos serviços complementares agregadores ao nível logístico, lúdico, desportivo e cultural.

O conceito do projecto habitacional em apreço assenta nas seguintes ideias-chave:

- Figurino tipo “*Condomínio Fechado*”, com adopção de regras de eficiência securitária e energética e de equilíbrio ambiental;
- O público-alvo prioritário integra os funcionários policiais recém-formados na Escola Prática de Polícia, embora esteja também aberto a outras situações de mobilidade temporária dentro ou fora da PSP, dentro de uma lógica de rentabilização do espaço;
- Como referido atrás, pretender-se-á que seja um tipo de alojamento de cariz exclusivamente temporário, com um tecto máximo de permanência de 3 anos, sendo que o período de referência seria 1 ano, de forma a proporcionar a necessária rotatividade no usufruto das instalações;
- Tem como objectivo / lema central dar “tempo para cada um definir o seu projecto de vida”, assegurando a satisfação de necessidades de privacidade, comodidade e de individualidade próprias de funcionários especializados da Administração Publica até à maturação, no seio dos mais jovens, recém-admitidos na PSP, de uma ideia de futuro nos planos pessoal e profissional;
- Albergará determinadas infra-estruturas complementares e de apoio que poderão proporcionar não só uma melhor comodidade mas essencialmente melhores índices de integração e acolhimento organizacional e promoverá os indispensáveis laços de camaradagem próprios de uma instituição por natureza saudavelmente corporativa;
- Pontualmente possibilitará, em casos especiais e sempre com um horizonte temporal relativamente curto, o reagrupamento familiar até à sua estabilização e adaptação ambiental em definitivo.

Para ir ao encontro do conceito, os SSPSP submeteram à análise das entidades licenciadoras a construção dos seguintes equipamentos destinados aos beneficiários que venham a ser acolhidos na unidade residencial, sob uma lógica de utilizador-pagador de forma a garantir a sua sustentabilidade orçamental no futuro:

- Apartamentos T0, numa proporção indicativa de 60%, T1 (30%), T2 (5%) e T3 (5%);
- Zona de refeitório, bar e de convívio;
- *Netzone* e biblioteca;
- Serviço de *babysitting* 24 horas por dia;

- Lavandaria;
- Ginásio;
- Zona desportiva a céu aberto, com campo de futebol de 11, pista de atletismo, recinto polivalente e circuito de manutenção.

A área total de construção, de acordo com os índices médios aprovados para a zona e tipo de equipamento, rondará os 10.700 m² acima do solo, o que permitirá alojar, em termos médios, 270 pessoas, bem como mais de 3.000 m² para estacionamento subterrâneo.

Durante o ano de 2009 os SSPSP esperam poder lançar o adequado procedimento concursal relativo ao projecto de arquitectura, caso consiga desbloquear a verba julgada necessária para o efeito, com recurso ao seu saldo depositado na Direcção Geral do Tesouro e Finanças, verba essa que deverá ascender a 600.000 euros.

b. Início da exploração do Centro Integrado de Acção Social (CIAS) dos Olivais.

A criação de Centros Integrados de Acção Social (CIAS) é um projecto estratégico que se traduz num equipamento social de qualidade com finalidades de integração intergeracional, congregando beneficiários de todos os segmentos etários, albergando serviços vários de utilidade inquestionável desde consultórios médicos (dirigidos preferencialmente a beneficiários titulares não utilizadores das estruturas congéneres do SAD/PSP, como os aposentados e funcionários civis), até *babysitting*, passando pelos incontornáveis bares e salas de convívio, lavandarias, mini-ginásios, *netzones*, salas de jogo, gabinetes de apoio psicológico, etc, numa lógica de geometria variável, tendo presente as necessidades concretas de acordo com a envolvente socioeconómica e demográfica.

Julga-se que este conceito vai ao encontro dos vários segmentos de beneficiários, sendo por isso de largo espectro em termos de público-alvo, o que irá contribuir para a consolidação da auto-estima e da identidade institucionais, pelo que a intenção passa pela criação de CIAS em diversos pontos do país, iniciando-se por Lisboa, nos Olivais.

Por outro lado, espera-se que este projecto dê também o seu contributo para a prevenção de potenciais disfunções ao nível psíquico que possam emergir entre alguns funcionários policiais fruto do stress profissional, combatendo o isolamento físico e social e aumentando os índices de convivência e confraternização, de identificação institucional e de solidariedade no seu seio.

O valor global a imputar ao orçamento de 2009 para exploração do CIAS nas valências determinadas, o que incluir a aquisição do mobiliário e equipamento em falta, deverá ascender a cerca de 250.000 euros.

c. Reconversão parcial do Hotel de Férias de Vieira de Leiria para residências assistidas e comunidade terapêutica.

Segundo diversos especialistas, uma das causas mais importantes da relativamente elevada taxa de suicídios e dos níveis de consumo de drogas lícitas entre a comunidade policial, para além dos altos índices de risco, de stress e de experiências traumáticas vividas no quotidiano, radica precisamente no afastamento das regiões de natalidade e/ou proveniência dos funcionários, que pode chegar a durar mais do que uma dezena de anos, gerando situações de isolamento familiar e social que potenciam os efeitos negativos, em termos pessoais, advenientes dos inúmeros ónus da profissão em termos de desgaste psicológico e físico.

Nesse sentido, há muito que são reclamados espaços adequados para terapia pessoal e grupal e para alojamento comunitário permanente, com condições óptimas em termos de assistência médica e sanitária, que minimize os efeitos do desgaste de uma profissão de elevada exigência e que introduza factores de saudável corporativismo que previnam o surgimento de doenças do foro físico e mental, potenciadas pelo isolamento, por eventuais dificuldades de locomoção e por práticas quotidianas menos saudáveis.

A estância de férias dos PSP situada em Vieira de Leiria, a primeira a ser construída num grupo de cinco no total, apesar de deter uma capacidade superior a 500 utentes mensais, em termo médios, através dos seus 96 apartamentos e 24 quartos individuais, só nos meses de pico – Julho e Agosto – consegue ter a lotação praticamente esgotada, apresentando nos restantes meses do ano uma ocupação muito próxima dos 0%. A sua inserção geográfica, com a proximidade do mar, facilita igualmente a terapia de algumas doenças, nomeadamente do foro respiratório e mental.

Assim, numa lógica de rentabilização do espaço, minimizando a sua elevada sazonalidade e o peso dos custos fixos sobre as receitas globais, ao mesmo tempo que se satisfaz uma importante necessidade profissional há muito ansiada, parece-nos fazer todo o sentido reconverter parcialmente as infra-estruturas de Vieira de Leiria para acolhimento durante todo o ano de beneficiários que detenham suficiente autonomia física e mental, ao mesmo tempo que se mantém a componente lúdica numa relação harmoniosa com as referidas componentes terapêuticas.

Nesse sentido, torna-se necessário proceder a obras de beneficiação e de adaptação das instalações, nomeadamente ao nível das instalações sanitárias, das acessibilidades e de outras infra-estruturas de apoio na área da medicina preventiva e curativa, investimento esse que decerto será rapidamente colmatado pelas receitas adicionais que o projecto irá gerar, já que irá prevalecer a lógica do utilizador-pagador.

O custo global deste projecto deverá ascender a 84.000 euros.

d. Reparação e conservação do Hotel de Férias do Baleal

Embora de construção recente, o Hotel de Férias do Baleal necessita urgentemente de obras de reparação e de conservação de forma a sanar os problemas com infiltrações que têm danificado material e equipamento no seu interior. A elevada exposição a um clima particularmente agressivo contribuiu para o agravar da situação, pelo que estas obras, de elevada envergadura, irão decerto contribuir para o prolongamento da vida útil das instalações e para o aumento do seu valor intrínseco.

O custo estimado para este projecto deverá ascender a cerca de 220.000 euros.

e. Início do programa plurianual de recuperação do património habitacional

Conforme referido atrás, é intenção dos SSPSP iniciar de forma sustentada e planeada um vasto programa de recuperação do seu património habitacional, que se encontra demasiado envelhecido e degradado, apresentando, de acordo com os relatórios técnicos especializados, claros riscos para os inquilinos e terceiros.

Nesse quadro, os SSPSP esperam realizar uma intervenção profunda no seu prédio sito no Bairro da Torre, em Cascais, o qual tem um histórico recente de cedência parcial da fachada que provocou danos felizmente só no plano material, bem como nos imóveis situados na cidade da Horta, os quais, para além de nunca terem beneficiado de qualquer intervenção exterior, têm sido fustigados pelos frequentes acidentes naturais naquela zona do país, apresentando também sérios riscos para os inquilinos. Existem também em Lisboa e São João da Madeira diversos imóveis a necessitar de intervenções urgentes e inadiáveis, às quais urge corresponder ainda durante o próximo ano.

O custo estimado para este projecto deverá ascender a cerca de 240.000 euros.

g. Instituição de apoios específicos a funcionários policiais e familiares vítimas de acidentes graves em serviço

Indo ao encontro daquilo que pode ser considerada a sua individualidade, enquanto organismo que promove um apoio social complementar à justa medida para profissionais que detêm uma missão especialmente onerosa em termos de risco, desgaste físico e psicológico, penosidade e insalubridade, disponibilidade temporal e mobilidade geográfica, os SSPSP pretendem instituir durante o ano de 2009 um apoio especializado, sob a forma de fundo de assistência, a funcionários da PSP e respectivos familiares que, por força de acidente em serviço do qual resulte morte ou incapacidade total ou parcial, sofram uma considerável diminuição nos rendimentos provenientes do trabalho. Esse fundo de assistência poderá traduzir-se tanto num montante em numerário para garantir níveis mínimos de qualidade de vida como em prestações sociais de índole diversa, tais como géneros alimentícios, descontos em serviços disponibilizados pelos próprios SSPSP, comparticipação na formação escolar de menores (e.g. bolsas de estudo), arrendamento de imóveis com rendas especialmente módicas, etc.

Embora com uma margem de erro imprevisível, prevê-se que os encargos estimados com esta iniciativa ascendam a 75.000 euros / ano, dependendo sempre, como é óbvio, da disponibilidade orçamental.

h. Criação das primeiras Casas de Coabitação Social em Lisboa

Conforme referido atrás, a modalidade de habitação social de cariz temporário continua a fazer todo o sentido no seio do universo policial, dadas as especiais exigências da profissão em termos de mobilidade geográfica. De acordo com um estudo preliminar na posse do Comando Metropolitano de Lisboa, só nesta cidade existirão cerca de 600 elementos policiais a viver em camaratas – que acaba por ser uma infra-estrutura precária em termos de privacidade e de comodidade, especialmente quando se trabalha por turnos –, muitos deles durante vários anos, em função daquilo que consideram ser o seu projecto de vida futuro, que pode passar simplesmente pelo regresso à sua terra de origem.

Tendo em conta este cenário, os SSPSP tencionam lançar em 2009 as primeiras *Casas de Coabitação Social* que, *grosso modo*, se traduzirão em imóveis tipo T3 e T4 pertencente aos Serviços, actualmente devolutos, afectados à habitação temporária de elementos policiais, preferencialmente recém-formados na Escola Prática de Polícia, em regime de partilha, sendo que os SSPSP, contra um pagamento de um determinado montante pelos utentes – radicando também numa lógica de *utilizador-pagador* –, assegurarão um apetrechamento mínimo dos

imóveis (mobiliário simples de sala, quartos e cozinha) e a disponibilização de determinado nível de recursos correntes, como água, electricidade e gás, de acordo com os padrões de consumo normais.

As *Casas de Coabitação Social* visam assim um triplo objectivo: a) reduzir as despesas com alojamento dos beneficiários titulares, em início de carreira ou deslocados que, por motivos de transferência não definitiva, sejam colocados fora da sua área de residência normal, ou outros que por circunstâncias diversas careçam de residência; b) Prover as condições mínimas de habitabilidade de pessoas que partilham valores afins e têm a mesma profissão e c) assegurar um enquadramento adequado, que permita combater o desenraizamento social, solidão e desnorte que eventualmente possam sentir pelo exercício inicial de uma missão especialmente penosa em localidades completamente novas, em condições mínimas de bem-estar, que venha a contribuir para um bom ambiente que facilite a criação de laços solidários e uma boa integração profissional.

O custo estimado para este projecto, se for assumido na sua plenitude, ascenderia a cerca de 240.000 euros, sendo que, face à disponibilidade orçamental, provavelmente apenas se poderá executar metade da actividade em questão.

i. Celebração do cinquentenário dos SSPSP.

Em 2009 os SSPSP contarão com 50 anos de trabalho contínuo e meritório em prol dos seus beneficiários, o que se afigura como um marco importante na vida da instituição que deve ser devidamente relevado. Nesse sentido, é intenção da administração organizar uma série de eventos alusivos à data, como a inauguração do museu no Hotel de Férias do Baleal, a colocação simbólica da primeira pedra da grande obra que será a Unidade Residencial da Paiã, a realização de um seminário internacional sobre a problemática da acção social complementar nas Forças de Segurança, um concurso de fotografia temático e um dia de convívio geral dos beneficiários. Esta série de eventos contribuirão claramente não só para o festejo digno de uma data importante para a PSP mas também para o aumento da notoriedade e prestígio dos SSPSP e, acima de tudo, para a consolidação de um sentimento de auto-estima, orgulho e pertença relativamente à grande instituição Polícia de Segurança Pública no seio dos seus dedicados funcionários.

Tendo em conta que os SSPS irão estabelecer contratos de parceria e de *sponsorship* com a sociedade civil para financiar as celebrações, espera-se que os custos a onerar o orçamento dos serviços não ultrapasse os 20.000 euros.

j. Renovação parcial do seu parque automóvel

Os SSPSP são proprietários de uma pequena frota automóvel que, por força do seu vasto e disperso património, tem sido sujeita a um elevado desgaste funcional, com a agravante de algumas viaturas ficarem sedeadas em zonas de elevada agressividade ambiental, como Vieira de Leiria, Baleal e Porto Santo. Na verdade, a frota tem uma antiguidade média de 16 anos e uma quilometragem média a rondar os 165.000 quilómetros, pelo que a sua substituição, de forma gradual à medida das disponibilidades orçamentais, torna-se absolutamente imperiosa, não só por motivos de eficiência económica e ambiental mas especialmente por motivos sérios de segurança para os ocupantes e terceiros, já que os problemas com questões de segurança activa e passiva são inúmeros.

Assim, se houver autorização superior, é intenção dos SSPSP propor a efectivação das necessárias diligências tendentes à substituição de duas viaturas durante o ano de 2009 e ao consequente abate imediato das viaturas substituídas, caso exista disponibilidade orçamental para o efeito.

O custo estimado para levar a cabo esta actividade deverá orçar em 50.000 euros.

III Conclusões

Em jeito de conclusão, poderemos dizer o seguinte:

- Os SSPSP vão prosseguir escrupulosamente o esforço de consolidação orçamental depois da absorção de vários factores adversos em termos financeiros, como o pagamento da totalidade dos salários do seu pessoal, o aumento das contribuições para a segurança social e o significativo aumento do preço de importantes matérias-primas;
- O quadro ambiental em que se move os Serviços evidencia um amplo espaço de progressão no combate às suas actuais debilidades internas, especialmente com o aproveitamento das vastas oportunidades de negócio, potenciando os seus pontos fortes;
- Os SSPSP assumem cada vez mais a sua genuína natureza de organismo assistencialista com uma individualidade própria ligada à especificidade da profissão dos seus beneficiários;

- Apesar do significativo aumento da receita esperado para 2009, muito à custa do penoso processo de actualização das rendas dos seus imóveis, os SSPSP mantêm uma política de contenção dos gastos com pessoal, já que pretende apenas a contratação de um técnico de serviço social para uma missão de crescente importância e utilidade – o *serviço social de proximidade* –, até porque terá como contrapartida a diminuição das actuais despesas com a externalização desse serviço;
- Os SSPSP pretendem dedicar a grande fatia do esperado aumento da receita com investimento na reabilitação faseada do seu vasto mas envelhecido património habitacional, que se encontra num estado de degradação de tal modo elevado ao ponto de gerar riscos concretos para a segurança de pessoas e bens, o que torna inadiável este projecto;
- É intenção do presente organismo avançar na concretização de alguns projectos estruturantes, como a Unidade Residencial da Paiã, a criação das primeiras Casas de Coabitação Social, o alargamento da rede de Casas de Passantes e o funcionamento em pleno do CIAS dos Olivais, os quais, para além de contribuírem para a estabilização orçamental dos SSPSP a longo-prazo, actuarão como uma espécie de *amortecedor social* de grande importância para uma comunidade profissional tradicionalmente sujeita a especiais ónus familiares, sociais e económicos;
- Em termos particulares, assume especial importância a introdução de uma linha de apoio específica a funcionários da PSP alvo de acidentes de serviço graves que, pela sua natureza e dimensão, provoquem sensível diminuição do rendimento do agregado familiar, situação há muito reclamado pela universo dos profissionais de polícia.

Lisboa, 6 de Agosto de 2008

O Secretário-geral

José Emanuel de Matos Torres

(Intendente)